



A história da História Antiga

O que hoje denominamos de História Antiga foi, no princípio, um movimento cultural e literário de produção de memória a partir de textos e objetos. Após a dissolução do Império Romano ocidental, a lembrança de um passado pré-cristão foi aos poucos se dissolvendo. Os vestígios materiais do Império eram como ruínas na paisagem, espaços da vida cotidiana, mas não lugares da memória. Na própria Roma, que fora capital do Império, o fórum era um lugar para o pastoreio de animais e as antigas construções e estátuas eram dissolvidas em grandes fornos para produzir cal. O passado, mesmo o bíblico, parecia comprimido num eterno presente, sem profundidade ou mudança.

Testemunhos dessa visão do passado como imutável são as ilustrações de manuscritos medievais que mostram antigos personagens e feitos com a roupagem e os costumes de sua própria época. Mas o passado não fora simplesmente anulado. Por um lado, ele sobrevivia como trabalho morto, ou seja, como uma série de conhecimentos acumulados que nunca se dissolveram: na arte de forjar o ferro, na agricultura, na arquitetura, nos objetos artesanais da vida cotidiana, nos costumes. E isso, não apenas no que viria a ser a Europa Ocidental, mas por todo o espaço que fora ocupado pelo antigo Império Romano: tanto nas terras do Islã, quanto naquelas do Império de Bizâncio. Por outro lado, esse trabalho morto sobrevivia também como textos escritos, reproduzidos nos códices medievais e mantidos em diversas bibliotecas de particulares, de monastérios, ou mantidos na corte de Constantinopla, em grego, ou ainda preservados em árabe, circulando, sobretudo, no Mediterrâneo.

A CRIAÇÃO DO ANTIGO

A partir do século XII, esses textos passaram a ser cada vez mais procurados e difundiu-se, a partir da Itália, a ideia de que eles representavam algo diferente da cultura contemporânea: eram a herança escrita dos antigos. Muitos pensadores, poetas, artistas e curiosos da natureza começaram a debruçar-se sobre esses textos, extraindo os livros originais das grandes compilações manuscritas. A ideia de que tinha havido um mundo “antigo”, anterior ao cristianismo, com uma cultura rica e singular, difundiu-se, aos poucos, pelas cortes europeias e pelos literatos. Essa cultura laica, livre do domínio da Igreja, parecia muito adequada aos novos tempos.

Fornecia novos padrões estéticos, novas formas de pensar as relações entre sociedade e Estado, de valorizar a riqueza e o comércio, de projetar novos futuros. Com a divulgação da imprensa, no século XIV, os grandes livros do “mundo antigo” foram reeditados e voltaram à vida. Autores como Homero, Virgílio, Aristóteles, Plutarco, Tito Lívio, Tácito e muitos outros passaram a fazer parte da cultura erudita por quase todo o oeste da Europa. A queda de Constantinopla para os tur-

cos, no século XV, acentuou a redescoberta de textos gregos, ao mesmo tempo que colocou, de forma dramática, a oposição entre a Europa cristã e clássica e o mundo islâmico.

As antigas ruínas, às quais não se prestava atenção, passaram a ser consideradas testemunhos desse mundo “antigo”. Edifícios foram descritos ou desenhados, estátuas e pinturas foram resgatadas, inscrições foram copiadas, moedas foram colecionadas e formaram-se as primeiras coleções de objetos “antigos”. O impacto na cultura erudita, dos sábios e das cortes europeias, foi imenso. É a esse processo que se dá o nome equivocado de Renascimento. Não foi um renascer passivo, mas uma reconstrução profunda da memória, com objetivos bem presentes: rejeitar uma parte do passado mais recente, definindo-o como “Idade Média” ou “Idade das Trevas”, para construir uma nova identidade, voltada para o presente e para o futuro.

Todos os grandes cientistas e artistas da Europa moderna viveram intensamente esse processo e contribuíram para ele: Copérnico, Michelangelo, Leonardo da Vinci, Cristóvão Colombo, Newton, Galileu, Thomas Hobbes, Camões, Shakespeare seriam impensáveis sem os “antigos”. E a lista é infinitável. A opção de reconstruir essa memória deixou uma marca profunda no que viria a ser a moderna concepção de Ocidente. A criação do “antigo” foi uma verdadeira revolução cultural que, aos poucos, atingiu todas as camadas da população. O “mundo antigo” tornou-se, assim, um participante ativo e necessário de outras revoluções: políticas, sociais e econômicas, cujas consequências sentimos até hoje.

A redescoberta do mundo dos antigos não conduziu, de imediato, à produção de uma História Antiga como a entendemos hoje. Um respeito profundo pelos textos em grego e latim, assim como pela Bíblia, impedia a leitura crítica dos textos antigos. Os famosos *Discursos sobre a História Universal*, escritos pelo francês Jacques Bossuet no século XVII, começavam com Adão e terminavam com Carlos Magno, com o qual findava a História Antiga. Não havia, ainda, uma História científica. Esta começou a ser firmar entre os séculos XVII e XVIII. Primeiramente como uma batalha cultural: a dos modernos contra os antigos. Esta se

deu em todos os campos do conhecimento, das ciências e das artes. Foi o período da cultura europeia que se costuma chamar de Iluminismo.

O NASCIMENTO DA HISTÓRIA CIENTÍFICA

O surgimento da História científica coincidiu com o nascimento da História Antiga. Representou a junção das teorias sociais e políticas da época com a leitura crítica das fontes escritas antigas e a sistematização dos repertórios de fontes recolhidas pelos antiquários. A primeira grande obra sobre a História Antiga foi *O declínio e queda do Império Romano*, do escocês Edward Gibbon, escrita entre 1776 e 1788, que encarava o século II d.C. como a época áurea da humanidade e atribuía o declínio do Império, ao menos em parte, à influência nociva do cristianismo.

Várias ideias novas confluíram na construção da História Antiga como disciplina científica e muitas delas afetam seu ensino até os dias de hoje. A exclusão do Oriente foi uma delas. Em muitas universidades, o estudo da Bíblia, do Egito, da Mesopotâmia e do cristianismo tornaram-se especialidades à parte. A História Antiga passou a ser obra de especialistas, quase sem comunicação entre si. E permanece assim até hoje. Além disso, impulsionada pelo romantismo, a História Antiga tornou-se uma História de nações. Uma nação era concebida como sendo formada por um mesmo povo, com uma mesma língua, uma só ancestralidade, uma cultura comum, um só Estado. Para a maioria dos estudiosos, a História das nações europeias começava na História da nação grega.

Ao mesmo tempo que os modernos Estados nacionais surgiam na Europa, os historiadores da Antiguidade buscavam Estados e nações na Grécia e em Roma. Era inevitável que assim fizessem, pois era assim que concebiam que toda sociedade devia ter se organizado. Mas, dessa necessidade, surgiram dois dilemas, que ainda se refletem no ensino. Nunca houve um Estado grego, uma Grécia na Antiguidade, cuja História pudesse ser narrada de modo contínuo. Os gregos podiam ser considerados uma nação, mas sem um Estado único. E Roma era apenas uma cidade, em meio a tantas outras. E no período imperial, quando constituía real-

mente um único Estado, englobava muitas nações. A História do Império Romano tornava-se, assim, quase impossível, a não ser como a História da sucessão de imperadores individuais.

Essas questões conceituais apareceram nas primeiras Histórias da Grécia, como a escrita por George Grote (1846-1856), ou nas famosas Histórias de Roma, dos alemães Barthold Niebuhr, publicada entre 1812 e 1828, e de Theodor Mommsen (1854-1856). Ambos enfatizavam a História do Estado, dos grandes personagens e das grandes guerras. Não devemos considerá-las errôneas. Representam o conhecimento que se podia ter à época e foram verdadeiros marcos da História científica. Pela primeira vez, historiadores contemporâneos conseguiam interpretar fatos e acontecimentos de mais de dois milênios atrás com mais rigor e precisão que os historiadores antigos.

UM NOVO OLHAR PARA O PASSADO

Na segunda metade do século XIX, a História Antiga recebeu um novo impulso, proveniente da História Natural e do surgimento da Antropologia, da Sociologia e da Arqueologia. Abriram-se novos campos para o conhecimento das Ciências Humanas: a sociedade, a família, a comunidade, a economia, a cultura e a religião. O grande marco dessas novas concepções foi, sem dúvida, o livro de Charles Darwin, *A origem das espécies*, publicado em 1859. Mas Darwin era apenas parte de um movimento mais amplo.

A partir dos anos de 1860, a própria noção de tempo sofreu uma mudança drástica. Para fornecer um contraponto, em 1654, o bispo anglicano Ussher havia calculado a criação da terra no dia 4 de outubro de 4004 a.C. Foi essa noção de um tempo curto que as ciências, no final do século XIX, aniquilaram. Séculos e milênios se abriram. Não apenas para a evolução da vida, mas também para a transformação do próprio homem e da sociedade humana. O homem primitivo, que antes era visto apenas como um contemporâneo atrasado, passou a fazer parte da História de

todos os homens. Toda a História passou a ser vista pelo ângulo da evolução, pelas etapas da evolução, pela noção de mudança e de progresso.

A própria ideia de evolução não era nova. Em 1774, o alemão Johann Winckelmann havia publicado sua *História da arte da Antiguidade*, influente até hoje, na qual organizava a arte grega em períodos e descrevia seu desenvolvimento até o que considerava seu ápice: a arte ateniense do período clássico (século v a.C.). Em 1825, um arqueólogo dinamarquês, Christian Thomsen, havia organizado as coleções de objetos do Museu Nacional da Dinamarca, recolhidas de sepulturas, segundo o que acreditava serem três períodos do desenvolvimento da tecnologia do homem pré-histórico: a Idade da Pedra, a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. O catálogo de Thomsen foi extremamente influente, tendo sido traduzido para várias línguas. Criou uma forma de organizar o passado que, como veremos, ainda é importante.

Essas ideias, no entanto, só se tornaram hegemônicas entre o final do século XIX e o início do XX. As mais importantes foram: a ideia de evolução, a de civilização, a de progresso e a da superioridade da Europa sobre o resto do mundo. Elas estão intimamente ligadas ao desenvolvimento tecnológico e à expansão imperialista das potências europeias sobre o planeta. Foi no bojo delas que se desenvolveu outra ideia, que teria consequências dramáticas: a da superioridade racial dos europeus.

Foi nesse período que a História Antiga se tornou o início de uma linha progressiva de civilização. Graças às descobertas arqueológicas no Egito e na Mesopotâmia e à decifração dos hieróglifos e da escrita cuneiforme, alguns estudiosos colocavam o início dessa linha no Oriente Próximo, como o grande historiador alemão Eduard Meyer. Sua *História universal* foi a última a conseguir reunir, num todo, as Histórias do Egito, da Mesopotâmia, da Grécia e de Roma. Outros historiadores, a maioria, preferiam iniciá-la com o “milagre” grego. Foi então que se consolidou a ideia de que a História do Ocidente era o centro da História Universal e que a Europa capitalista representava o ápice da História mundial, a verdadeira civilização, cujo destino era o de expandir sua cultura superior para o restante do planeta. O Impé-

rio Romano foi também repensado como instrumento de civilização ocidental. Com suas conquistas, o Império romanizara antigas regiões bárbaras, levando a elas a possibilidade de receberem e aceitarem a civilização greco-romana.

HISTÓRIA, ANTROPOLOGIA, ECONOMIA E SOCIOLOGIA

Um dos marcos da nova forma de pensar a História Antiga foi o livro *A cidade antiga*, do francês Fustel de Coulanges, publicado em 1864. A ideia central desse autor era de que a cidade greco-romana se originara da comunidade religiosa indo-europeia, centrada no culto ao fogo doméstico e aos ancestrais. Ela seria uma família progressivamente ampliada e transformada pela evolução das ideias religiosas.

De Coulanges, na verdade, dividiu seu livro em duas partes. Na primeira parte, apresentou uma espécie de pré-história da cidade antiga, que remontava às origens dos tempos e na qual a cidade era tratada como uma comunidade de culto oriunda da junção de famílias (gentes), e destas em tribos, e por fim em cidades, cada qual exclusiva, pois compartilhava deuses e rituais únicos. A cidade religiosa seria, assim, a unidade básica da História Antiga, vista como uma etapa no desenvolvimento da inteligência dos indo-europeus. Cada cidade seria uma igreja específica, embora os fundamentos da comunidade religiosa fossem comuns a todas elas. Seu particularismo era, portanto, seu traço de união, assegurado pela unidade da raça ariana.

Na segunda parte da obra, a que trata da cidade histórica propriamente, esta já aparecia em pleno processo de sua dissolução. Os vínculos comunitários teriam se enfraquecido progressivamente e as cidades assumido as características de sociedades em conflito, pelo poder e por bens materiais, o que preanunciava seu desaparecimento sob a conquista romana.

Dois autores, que não eram historiadores da Antiguidade, merecem uma menção especial, pois influenciaram muito a História Antiga na segunda metade do século XX: Karl Marx e Max Weber. Os escritos de

Marx sobre a Antiguidade são esparsos e muitas vezes contraditórios. Há duas linhas de pensamento principais, que influenciaram a historiografia do século XX. A mais conhecida delas é claramente evolucionista. Marx definiu etapas do desenvolvimento histórico que denominou de modos de produção, caracterizados pelas diferentes relações de exploração entre proprietários e trabalhadores. Esses modos seriam universais e apareceriam na História como uma sequência: a comuna primitiva, o modo de produção asiático, o escravista, o feudal e o capitalista.

Mas foi em um rascunho escrito em 1857, intitulado *Formas que precedem a exploração capitalista*, que Marx apresentou sua mais bem elaborada visão da Antiguidade. Nesse texto, de caráter bastante especulativo, Marx contrapunha a forma da cidade greco-romana, que chamava de cidade antiga, com o que denominava de forma asiática e de forma germânica. Ao contrário do mundo contemporâneo, essas formas se caracterizariam por um forte vínculo comunitário, entendido como condição para a apropriação produtiva da terra. Na forma antiga, que aqui nos interessa, a comunidade também era a condição prévia da apropriação da terra, mas não aparecia na forma de uma comunidade superior – como no mundo asiático, que englobava as comunidades menores –, mas sim como uma associação única, a cidade. O trabalho da terra não era difícil, não sendo necessários esforços coletivos. O fator determinante era a presença de outras comunidades disputando o território. A guerra (e não as obras públicas) era a grande tarefa comunal.

A comunidade/cidade seria assim uma força militar. A concentração de moradias na cidade seria a base de uma organização bélica. A guerra, por sua vez, e a própria natureza da estrutura tribal anterior levariam à diferenciação entre os membros da comunidade (inferiores e superiores, conquistadores e conquistados, livres e escravos).

Seria dessa forma, segundo Marx, que a propriedade comunal teria se separado da propriedade privada. Na cidade antiga, a terra era apropriada e trabalhada individualmente, porque não necessitava de trabalhos coletivos. A comunidade, ou cidade, era a relação recíproca entre proprietários privados, sua aliança contra o exterior, sua garantia de pro-

priedade. Na visão de Marx, era uma sociedade de pequenos camponeses que cultivavam a própria terra. Tornando-se mais prósperos, exploravam escravos estrangeiros.

Para ser proprietário privado, a condição prévia era ser membro da comunidade, era ser cidadão. O indivíduo se relacionava com a terra e com a comunidade ao mesmo tempo. O fato de possuir terra dependia da existência do próprio Estado. Mas a cidade só se mantinha se as diferenças entre seus cidadãos não fossem muito acentuadas. O crescimento da desigualdade entre os proprietários livres levava à guerra civil e à dissolução da comunidade.

O texto de Marx, apesar de conter alguns elementos presentes nos modelos contemporâneos, permaneceu praticamente desconhecido até o final dos anos de 1950 e não exerceu influência sobre os trabalhos imediatamente posteriores.

Max Weber, que conhecia bem as fontes da História Antiga, também centrou suas interpretações em torno da cidade antiga, sem se importar com as divisões tradicionais entre as Histórias da Grécia ou de Roma. Max Weber escreveu três textos fundamentais para o historiador da Antiguidade: *As causas do declínio da cultura antiga*, de 1896, *Relações agrárias na Antiguidade*, de 1898, e um texto denso e complexo, publicado postumamente em 1924 e que não diz respeito apenas à Antiguidade, *A cidade*. Não seria justo com Weber procurar contradições em seu pensamento ao longo de mais de 30 anos, nem exigir uma absoluta coerência. Vamos nos ater a alguns pontos que foram muito influentes para a História Antiga.

Como em Marx, a ideia essencial de Weber é a de que existiu uma cidade “ocidental”, diferente daquela “oriental”. A cidade ocidental caracterizava-se por ser uma comuna de agricultores, cidadãos independentes e proprietários privados. Já a cidade oriental era dominada por uma burocracia e dependia de um poder centralizado, que podia ser um palácio monárquico e guerreiro ou um grande templo.

Na cidade ocidental, que primeiro fora aristocrática, os pobres haviam ganhado, com sua cidadania e sua liberdade política, o direito

de não serem explorados pelos mais ricos. Estes últimos dependiam da exploração racional do trabalho escravo, tanto no campo, como na cidade. A diferença entre a cidade antiga e a medieval era mais sutil. Para Weber, a cidade era o centro urbano que, como tal, diferenciava-se do espaço rural, podendo dominá-lo, ser dominado por ele, ou mesmo apartar-se do mundo rural.

Para Weber, tanto a cidade antiga como a medieval eram burguesas, no sentido de que se sobrepunham às grandes famílias, suprimiam as relações entre gentes aristocráticas e instituíam uma forma de poder público, e não familiar ou hereditário. Para Weber, a cidade antiga era, acima de tudo, a sede dos proprietários rurais, que viviam das rendas obtidas no campo. Nesse sentido, eram cidades consumidoras, pois não precisavam, ao contrário das cidades medievais, desenvolver uma produção artesanal própria para garantir seu abastecimento.

Por isso, mesmo sendo ocidentais, as cidades antigas não levaram ao desenvolvimento do artesanato e do capitalismo. Os artesãos não se organizavam em corporações de ofício, como nas cidades medievais, e a burguesia era instável. Preferia investir as riquezas do artesanato e do comércio em terras, para aumentar seu *status* social. A riqueza urbana do mundo antigo conduziu as elites a um estilo de vida ocioso, voltado para o luxo e a produção cultural: essa foi uma de suas fraquezas, mas também uma das causas do brilho da cultura antiga. O declínio do abastecimento de escravos, provocado pelo fim das conquistas do Império Romano, levou à queda da produção mercantil e racional, marcando a decadência da cidade antiga e a perda de brilho de sua cultura erudita.

* * * * *

Ao longo do século XIX, a disciplina de História Antiga se institucionalizou nas universidades europeias e seu ensino se difundiu pelos sistemas escolares criados pelos Estados nacionais nascentes. O aprendizado da

História Antiga, feito nos moldes tradicionais, como Histórias separadas de nações vistas em sucessão, atuava como contexto para a contemplação e compreensão dos textos “clássicos” escritos em latim e grego. O ensino dessas línguas mortas formava uma parte central no currículo escolar das elites ocidentais. Participar dessa cultura ilustre, de difícil aprendizado, legitimava a superioridade das elites, na Europa e no Brasil. Produzia, além disso, uma memória do “Ocidente”, uma identidade “ocidental”, que explicava e justificava o domínio dos países capitalistas, mais desenvolvidos tecnologicamente, sobre o restante do globo.

As Histórias do Oriente Próximo, da Grécia e de Roma foram parte de um amplo debate político, que opunha o despotismo oriental à liberdade individual do Ocidente: discutiam-se as vantagens e as desvantagens da democracia ateniense; debatiam-se a demagogia e a irracionalidade das massas; ou se procurava, nas virtudes morais e guerreiras dos romanos, uma explicação para o sucesso de seu imperialismo. A História Antiga não explicava, apenas, a superioridade do Ocidente. Ela também espelhava, em termos bastante amplos, os intensos conflitos sociais que agitavam as nações europeias.

O desenvolvimento da ciência histórica, no entanto, não estava apenas a serviço do poder. Embora partilhasse uma visão de mundo da qual era impossível, à época, escapar, desenvolveu conceitos inovadores para se pensar a História Antiga. Alguns deles seriam aplicados somente décadas depois, mas não devem ser minimizados. Por meio da análise crítica das fontes e do uso cada vez mais intenso das teorias sociais, a historiografia foi capaz de reformular por completo a visão que se tinha do mundo antigo. Este se tornara um mundo diferente do presente, que devia ser estudado em seus próprios termos, por meio de um conceito que lhe dava uma nova unidade: a cidade antiga.

SUGESTÕES DE LEITURA

HARTOG, F. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

Estudos sobre os principais historiadores da Antiguidade greco-romana, com trechos comentados de suas obras.

JOLY, F. (org.). *História e retórica*: ensaios sobre a historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007. Coletânea de estudos escritos por especialistas brasileiros sobre as relações entre historiografia antiga e moderna.

MOMIGLIANO, A. *As raízes da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

Coleção de estudos do historiador italiano Arnaldo Momigliano – um dos maiores especialistas em historiografia sobre antiguidade do século XX.

PIRES, F. M. (org.). *Antigos e modernos*: ensaios sobre a (escrita da) história. São Paulo: Alameda, 2009.

Coletânea de estudos do autor sobre as relações entre História e Historiografia antigas e modernas.

